

**Secção/Área temática
Sociologia da Educação****A nova institucionalidade da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica do Brasil: tensões e conflitos em dinâmicas de construção da identidade do Instituto Federal de Educação de São Paulo****FRADE, Denilza da Silva; Universidade de Coimbra****Resumo**

A educação profissional no Brasil passa por profundas reflexões quanto ao campo de sua organização institucional e, por conseguinte, de sua própria identidade institucional. Foram anos de alterações legais, que se refletiram numa certa inflexão de sua função social, permitindo maior acesso do público de renda mais baixa e proveniente das escolas públicas. Em face dessas mudanças, o Instituto Federal de Educação de São Paulo (IFSP) se apresenta como uma das instituições da Rede Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com maior representatividade do sentido que inspira a concepção dos institutos, ora afirmando o novo paradigma da educação, ora buscando articular os elementos humanos e não humanos para deslegitimar essa Rede. No entanto, na dinâmica dessas relações, possivelmente, pode-se incorrer no desconhecimento da nova institucionalidade. Essas são as razões que pretendemos destacar como ponto de partida para uma investigação bibliográfica e documental, cujo objetivo visa compreender em que medida essas mudanças influenciaram na identidade institucional do IFSP.

Abstract

Professional education in Brazil goes through deep reflections regarding the field of its institutional organization and, consequently, its own institutional identity. There were years of legal changes, which were reflected in a certain inflection of its social function, allowing greater access for people with lower incomes and those coming from public schools. In view of these changes, the Federal Institute of Education of São Paulo (IFSP) presents itself as one of the institutions of the EPT Network with the greatest representation of the meaning that inspires the conception of the institutes, sometimes affirming the new paradigm of education, sometimes seeking to articulate the elements humans and non-humans to delegitimize this Network. However, the dynamics of these relationships are not so objective, and may even result in ignorance of the new institutionality. These are the reasons that we intend to highlight as a starting point for a bibliographic and documentary investigation, the objective of which is to understand the extent to which these changes influenced the institutional identity of the IFSP.

Palavras-chave: Institucionalidade; Identidade institucional; Cultura organizacional; Rede Federal de Educação.

Keywords: Institutionality; Institutional Identity; Organizational Culture; Federal Education Network.

Imagem 1. Memória da Primeira Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo



Fonte: Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Introdução

Dado o dinamismo político no Brasil nos últimos anos, com a destituição, em 2016, de uma presidenta eleita pelo voto democrático, a rápida passagem na presidência de seu vice (Michel Temer) e a vitória eleitoral do candidato da extrema-direita à Presidência da República (Jair Bolsonaro) em 2018, é importante analisar esses acontecimentos políticos na esteira da nova institucionalidade da Rede EPT e dos impactos para a construção da identidade do IFSP.

Com a fratura na democracia brasileira, houve um hiato político dentro das instituições, tornando premente para a sociologia da educação compreender a institucionalidade da Rede EPT no bojo da crise política de 2016 a 2022.

O ponto de partida deste artigo é a nova institucionalidade da Rede EPT e de tudo que a representa como proposta de ruptura conceitual desta modalidade de ensino entre os anos de 2008 aos dias atuais. Para compreender esta proposta, como já aludimos acima, tomamos como referência o Instituto Federal de Educação de São Paulo.

Vários fatores causaram a crise institucional na perspectiva macrossociológica. Nas entidades educativas, os elementos humanos e não-humanos influenciam, em certa

medida, na legitimação de um novo pensamento de educação profissional. No entanto, é preciso considerar a multiplicidade dos olhares que constituem a dinâmica interna da instituição. Gracindo (1994), quando trata das questões subjetivas e objetivas que se imbricam nos atos governamentais, aponta que nem sempre o que é escrito é dito ou feito, e que isso só seria possível se a democracia brasileira não fosse tão falha, com graves distorções educacionais.

Em termos quantitativos, a expansão da educação profissional mudou significativamente na sua função social se comparado ao ritmo do seu crescimento nos últimos 15 anos, compreendendo, atualmente, 38 institutos federais de educação, três centros federais de educação, uma universidade tecnológica, as escolas militares e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Diante deste contexto, há um campo inédito de estudo, para além dos efeitos que a expansão trouxe para a dinâmica interna das instituições de educação profissional. Trata-se do estudo acerca da representação desta nova institucionalização no campo da organização institucional e, por conseguinte, da identidade institucional.

A institucionalização da Rede EPT e de todos os referenciais político-pedagógicos que a legitimam se realiza por muitas mãos, entre idas e vindas, encontros e desencontros, conflitos e consensos; porém, ainda assim, o maior desafio a ser superado é o risco do esgotamento de uma proposta que vinha se construindo, mas que sofreu um profundo abalo com a crise institucional e política de 2016, pondo fim ao período mais exitoso em termos de políticas educativas para acesso e permanência dos jovens da classe trabalhadora nos institutos federais de educação.

A proposta deste estudo, portanto, vem ao encontro do intenso debate que o Ministério da Educação tem promovido com as entidades sociais, estudantis e sindicais, no sentido de pautar a educação como motor político para combater a desigualdade educacional brasileira e elevar a qualidade de ensino da educação básica e superior.

1.1 O princípio educativo do trabalho como pilar da nova institucionalidade na Rede EPT: desconstruir para construir uma escola para todos

A concepção de trabalho como princípio educativo na Rede EPT é um conceito marxista, revisitado por Gramsci. Embora Marx não trate dessa questão estritamente do ponto de vista da educação formal, ambos defendem a ideia da formação do indivíduo substanciado pelo princípio humanista da escola ativa.

A nova institucionalidade da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica do Brasil:
tensões e conflitos em dinâmicas de construção da identidade do Instituto Federal de
Educação de São Paulo

Em busca de um modelo de Estado educador, o Partido dos Trabalhadores (PT), permeado pela concepção gramsciana do trabalho (MOCHCOVITCH, 1988), ao se tornar governo, criou uma série de políticas públicas educativas atravessadas por essa mesma concepção, acreditando, com isso, na educação como indutora para o desenvolvimento nacional, preparando os jovens para um mercado competitivo, mas, também, formando-os como sujeitos participativos numa sociedade em transformação.

Além disso, destaca-se a fundamentação político-pedagógica da educação nos governos petistas, pautada no princípio formativo para o mundo do trabalho. A questão do trabalho e educação tem o horizonte na politecnia, uma educação socialista. Ou seja, o trabalho é um princípio ontológico da relação do homem com a natureza. Essa dimensão formativa rompe com o modelo conservador da educação voltado para a preparação (adestramento) do homem para atender às necessidades do mercado.

Nessa direção, mais recentemente, a formação dos estudantes pelos institutos federais de educação surge como novidade, pois eles estavam estagnados desde o ato de sua criação, em 1909. A formação profissional dos estudantes seguia a lógica do mercado, portanto, sua concepção pedagógica se fundamentava numa perspectiva estritamente tecnicista.

No segundo mandato do governo Lula, em 2008, foi nítida a prioridade em políticas educativas como investimento real para impulsionar o modelo de Estado educador, apostando na inserção educacional de milhares de jovens socialmente excluídos. Segundo Mercadante (2010), esse compromisso do governo na promoção social, na distribuição de renda e na redução da desigualdade social são marcas indeléveis de um plano estratégico durante o primeiro e segundo mandato do governo Lula. Mercadante (2010) ainda afirmou que essa escolha foi estratégica para a tomada de decisões que sustentaram a expansão do gasto público, o estímulo ao crédito popular, a ampliação da rede de políticas sociais e a expansão das fronteiras da cidadania.

Os determinantes estruturais, políticos e ideológicos que condicionam a vida em sociedade refletem o aparelho do Estado nas instituições educacionais. Segundo a concepção marxista, a essência da educação para a classe trabalhadora é antagônica ao modelo de educação que o Estado burguês oferece. Ainda, na concepção dialética da educação, cabe aos educadores envolvidos com a emancipação da classe trabalhadora o desafio de despertar a consciência crítica dos estudantes, partindo do próprio aparato da escola burguesa.

Ciente dos determinantes históricos que condicionam o modelo de educação burguesa, a nova institucionalidade da Rede EPT no Brasil concebe o trabalho como princípio educativo para um novo pensamento da educação profissional nos institutos federais de educação. Ou seja, surge, diante dessa perspectiva, uma concepção de homem integrado à natureza, à sociedade e às novas tecnologias, afastando-o do trabalho alienado. Essa ação formadora se expressa na relação trabalho-educação, a partir de matrizes culturais, histórias pessoais, representações e valores, que interferem diretamente no ato educativo, por mais determinante que se mostre o peso das estruturas.

Ghanem (2004), professor da Universidade de São Paulo (USP) e exímio estudioso da formação escolar como dimensão para a transformação social, defende que a democracia na escola é preponderante para a efetivação do Estado democrático, mas sua partida se dá por meio do reconhecimento dos indivíduos como sujeitos, protegendo-os e estimulando sua vontade de dar sentido à sua própria existência. Se a política do Estado não prima por essa emancipação, há uma relação desfavorável no sentido da ruptura da lógica opressora ditada pela classe dominante.

No entanto, essa relação no interior das instituições educativas não acontece de forma linear, existindo polos de disputas entre as narrativas de uma educação excludente/dual e possibilidades de ruptura com a concepção burguesa para uma nova fase da educação, democrática e inclusiva. Frigotto (1998) vai ampliar essa análise ao acentuar a relação trabalho-educação enquanto construção da dinâmica de produção-reprodução histórica do ser humano. Essa definição é o que fundamenta a construção teórica (PACHECO; MORIGI, 2012) do sentido do trabalho como princípio educativo nos institutos federais de educação de 2008.¹

Desse modo, o conceito de trabalho na ação educativa vai compreender as competências técnicas, gerenciais e empreendedoras, materializando suas dimensões política e pedagógica, em:

- i. concepção politécnica, cujo pilar formativo se materializa na emancipação do trabalhador para o mundo do trabalho;
- ii. nas atividades de pesquisa e extensão que se relacionam ao mundo do trabalho [...], portanto, se constitui num projeto pedagógico que contempla os nexos possíveis entre diferentes campos do saber, abrangendo um currículo mais flexível, bem como o aprofundamento do diálogo nos diferentes níveis da educação (SILVA, 2009, p. 23).

- iii. por fim, o compromisso político com o projeto democrático e popular, buscando não apenas a inclusão educacional, mas a construção de uma nova sociedade, fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho por uma perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (PACHECO, 2011).

1.2 O novo paradigma da educação profissional no Brasil: a inflexão em sua função social

Conforme abordado no tópico anterior, ocorre uma certa inflexão sobre o papel social dos institutos federais de educação, principalmente em relação ao mundo do trabalho, o que denota, com isso, a preocupação com um tipo de educação transformadora, entendendo a necessidade de suas estratégias estarem voltadas para a liberdade das classes subalternas em relação à hegemonia da classe dominante, articulando-se ao saber historicamente acumulado e, por meio deste, sendo capaz de transformar as relações de dominação econômica, política, cultural e social.

São por essas diretrizes da nova institucionalidade que o atual projeto pedagógico dos institutos federais de educação se contrapõem à formação dualista presente nos currículos do ensino técnico e profissional. Por essas linhas do pensamento educacional, Mészáros (2005) e outros pesquisadores da educação crítica e humanista acreditam na história como resultado da intervenção de uma enorme multiplicidade de indivíduos, dispostos a mantê-la ou a transformá-la. Ou seja, trata-se de uma educação adequada ao capital ou de uma educação para além do capital?

O objeto deste artigo se conforma dentro de um dos 38 Institutos Federais de Educação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Sua história faz parte de uma entidade centenária, uma das primeiras escolas abertas pelo presidente Nilo Peçanha, em 2009, profundamente marcado pela história política do Brasil e de São Paulo. É uma das principais fundações da educação profissional em termos quantitativos, pelo número de *campi* e, portanto, de matrícula, bem como pela sua potência para o desenvolvimento econômico, por se situar dentro de um Estado estratégico no desenvolvimento nacional.

A complexidade na qual se assentam as relações intraindividuais das pessoas do IFSP é permeada por interesse de classe, razão pela qual Mochcovitch (1988) amplia esta análise

no sentido da conscientização de pertencimento da classe trabalhadora a partir da existência de uma unidade intelectual e de uma ética adequada a uma concepção do real que supere o senso comum e se torne crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.

No entanto, no IFSP ainda é preciso que os gestores e os servidores tomem consciência do papel político da educação profissional na transformação das relações de exploração dos indivíduos numa sociedade excludente do ponto de vista econômico, cultural e social. São desafios que se sustentarão conforme o grau de consciência dos envolvidos nos processos decisórios e nas escolhas políticas. Por isso, dimensões como democracia, participação e formação crítica são partes constituintes da educação profissional para mudança.

Em vários estudos sobre a educação profissional foram observados que essa superação só será possível se a comunidade acadêmica e a comunidade externa se engajar na defesa do legado da Rede EPT em todas as suas dimensões políticas e formativas para a vida das pessoas, no sentido de oferecer oportunidade para quem mais precisa. A nova institucionalidade no IFSP se reveste em atenção a esses sentidos políticos que se contrapõem para derrotar as investidas de um “cavalo de Troia” da educação burguesa, meritocrática e subserviente.

Conquanto exista uma intencionalidade política para referendar um outro pensamento de educação profissional, o horizonte não poderia ser outro que não o da politecnicidade como princípio formativo, contrapondo-se à ideia da divisão do ensino técnico e do ensino propedêutico como armadilha para manter a estrutura curricular que sempre dividiu a educação entre os pobres e os ricos.

Não por acaso, os institutos federais de educação foram pujantes para equilibrar o déficit educacional de mais de 100 anos, ampliando significativamente o número de *campi* pelo interior do Brasil. É nesse aspecto que reside a relevância de seu papel social como instituição de educação pública, de qualidade e socialmente referenciada, que visa democratizar o acesso em sintonia com as políticas públicas de inclusão e redução da pobreza.

1.3 O arcabouço teórico da nova institucionalidade e as interfaces com o campo da organização do IFSP

O conceito de institucionalidade envolve a concepção de educação profissional no Brasil a partir de 2008, advinda da lei de criação dos institutos federais (BRASIL, 2008b). Como vimos anteriormente, esse conceito traz uma nova proposta de educação

profissional, não mais reduzida a simplesmente obter um título de qualificação profissional, mas de compreensão do homem integrado ao mundo do trabalho, com um marco temporal distinto e de acordo com a realidade local nos interiores do país.

Portanto, a pergunta a ser feita é sobre qual o papel do ensino técnico e tecnológico no desenvolvimento econômico e na reconstrução da democracia do país? Hoje é impossível pensar a nova institucionalidade descolada das realizações políticas e econômicas do primeiro mandato do presidente Lula ou da era “lulismo”. Ela se contrapõe à herança da matriz escravocrata que sujeita milhares de brasileiros à condição de extrema pobreza e vem se constituindo como ideia-força nas formulações dos programas sociais e educacionais do governo (Brasil Sem Miséria).

O conjunto dos princípios políticos e pedagógicos subjacentes à nova institucionalidade consiste na relevância social da existência de uma entidade de ensino cujo princípio educativo se pretende romper com o desequilíbrio desta ordem, seja pela ação pedagógica (FRIGOTTO, 1993), seja pela prática educativa². A sua base teórica se integra com a ideia da politecnia, de uma educação crítica, sustentável e socialmente referendada em contraponto ao modelo de escola reprodutivista, cuja funcionalidade está em preparar a classe trabalhadora exclusivamente para o exercício da mão de obra capitalista.

A nova institucionalidade e todas as suas dimensões educativas surgem como uma ofensiva à falácia reproduzida pelos neoliberais de que as instituições de educação dão à classe trabalhadora a oportunidade de mobilidade social desde que se esforcem para alcançar novos degraus da pirâmide social. Um discurso alimentado pela ideologia dominante para justificar a falta de acesso à educação para a maioria da população em idade escolar que está à parte das oportunidades educacionais.

Diante desse cenário, a nova institucionalidade da Rede EPT reafirma o compromisso em promover políticas afirmativas que fomentem o acesso e a permanência do público socialmente excluído da educação. Não basta abrir a porta do acesso, a nova institucionalidade deve ter como compromisso político a reconstrução da identidade institucional voltada para uma educação ativa e transformadora. Frigotto (1993), ao resgatar essa dimensão política da educação, apreende que é pela escola que a classe trabalhadora legitima os interesses de sua classe.³

Convicto de que a educação é um espaço privilegiado para o trabalhador produzir conhecimento e, com isso, operar ativamente na transformação do mundo real em todas

as suas dimensões, o governo brasileiro, a partir de 2003, expandiu as possibilidades de acesso à educação, por meio do fomento de políticas públicas de cotas raciais, reserva de vagas para estudantes provenientes de escolas públicas e a assistência estudantil, sem se esquecer de ampliar o sistema de matrícula para comportar a demanda de jovens concluintes do Ensino Médio. A respeito desse novo olhar, o governo lançou o plano de expansão, com a interiorização dos *campi* dos institutos, passando de 214 unidades, número estacionado desde a década de 1960, para mais de 600 *campi* em 2016, quando se encerrou o ciclo dos governos petistas.

No entanto, a institucionalidade se conforma no interior do espaço institucional, sabendo que as políticas públicas não se consolidam por decreto. Caso contrário, teríamos uma gestão pautada na autocracia. Por sua vez, as mudanças acontecem lentamente e, algumas vezes, são imperceptíveis, dado que exigem tempo e paciência dos envolvidos com a gestão.

Nessa direção, o IFSP, por ser uma entidade centenária, traz consigo impressões humanas de diversos matizes, que vão do tecnicismo à educação transformadora, envolvendo as práticas da gestão, da docência e do ensino. Não obstante, Freire (2014) aponta que o passado se mantém vivo e, muitas vezes, como no caso em tela, pesa para o processo de mudança.

Freire (2014) reafirma ainda que o espírito da mudança acontece cotidianamente, desde que sejam despertados entre os educadores a indignação e o objetivo de alcançar uma política movida por sonhos e utopias. Em outras palavras, o conjunto dos servidores (homens e mulheres), se assim desejarem, podem provocar rupturas, transformando sonhos autoritários em projetos fincados numa ética universal do ser humano ou numa pedagogia da esperança.⁴

Entretanto, é necessário o engajamento dos educadores para compreender a natureza pedagógica da nova institucionalidade, uma vez que seu desconhecimento compromete a institucionalização de ações, projetos e programas institucionais e, conforme aponta Frigotto (1993), pode acabar silenciosamente legitimando o monopólio pedagógico do projeto neoliberal, unidimensional e de mercado.

Não é possível entender a institucionalidade sem pensar o conceito de instituição, sua formação no campo da consciência dos indivíduos envolvidos com o cotidiano das práticas educativas, sejam as atividades-fins (ensino, pesquisa e extensão), sejam as atividades-meio (o campo da gestão e da administração).

A organização institucional, por ser um espaço rico de trocas de experiências,

disputas de narrativas e contranarrativas em torno do projeto de educação, interessa-nos entender até que ponto o projeto de sociedade defendida entre os princípios políticos da nova institucionalidade tem lugar e aparece nessa arena de disputa. Mochcovitch (1988) corrobora com essa análise reafirmando o sentido marxista da transformação da consciência dos governados para possibilitar a consciência de luta da classe trabalhadora. Paradoxalmente, a instituição escolar, como aparelho ideológico do Estado, age como mecanismo de legitimação, a depender de como ela está organizada. No entanto, é na práxis pedagógica - no trabalho articulado entre teoria e prática - que as instituições de ensino rompem com a tradição da lógica capitalista de formação fragmentada, tecnicista e acrítica.

Acreditando nesse potencial transformador, a nova institucionalidade adentrou nos institutos federais de educação sabendo da necessidade de mudar um modelo secular de ensino meramente instrumental para a classe trabalhadora. O governo, por meio do Ministério da Educação, acreditava que os institutos federais de educação detinham condições reais para oferecer um novo pensamento educacional.

O governo que assumiu a Presidência em 2003 afirmou ser “impossível que, naquele momento, ainda existissem milhares de jovens excluídos da possibilidade de uma formação profissional que os habilitassem para o mundo do trabalho”. A questão central não estava em apenas abrir novos *campi* e criar novas vagas, em democratizar o acesso. Isso, como se sabe, funciona apenas como porta de entrada para a classe trabalhadora, mas o fundamental estava em constituir uma educação para a classe trabalhadora.

No ensaio de uma pedagogia crítica, a nova institucionalidade adentra em um espaço de disputa por narrativas históricas hegemônicas, do ponto de vista da política do Estado brasileiro. Essa luta, portanto, não é consensual, pois envolve interesse de classe. Contudo, a partir do instante em que seus dirigentes aderissem a uma educação crítica, a classe subalterna – os novos atores sociais que adentraram o espaço dos *campi* do IFSP por meio das políticas afirmativas – encontraria espaço para elaborar sua própria consciência.

Nesse sentido, é compreensível que os governos petistas, ao fazerem da expansão um projeto de grande impacto no campo da política social e educacional, tenham a intencionalidade de aproximar o Estado brasileiro da ideia gramsciana de Estado educador.

Inegavelmente, os institutos federais são estratégicos no redimensionamento das

oportunidades de acesso aos jovens concluintes do Ensino Médio, haja vista o grau de investimento para sua expansão desde 2005, triplicando o número de *campi* existentes em menos de 10 anos⁵. Entretanto, a expansão dos institutos federais de educação não ocorreu de forma despreziosa, uma vez que havia uma intencionalidade política articulada com o projeto de Estado brasileiro. Trata-se de um processo audacioso na história da educação profissional brasileira, cuja democratização de acesso e permanência trouxe para dentro dos institutos sujeitos historicamente excluídos.

Nessa perspectiva, é importante acentuar o que destacou Ghanem (2004) sobre a dimensão da democracia educacional como pressuposto da nova institucionalidade. Segundo o autor, a democracia se estabelece no plano político, cuja combinação une o mundo das técnicas e dos mercados e o mundo das comunidades. Ambos se mantêm como unidade, sem, no entanto, fundirem-se em princípio de orientação única. Por sua vez, tal princípio pode ser nefasto na formação do ambiente democrático, visto que também pode haver efeito contrário à democracia, podendo legitimar a autocracia e o autoritarismo pedagógico.

Nessa definição, Ghanem (2004) amplia a análise quanto à transformação de um Estado de Direito em um espaço livre, de liberdade social e cultural, emergindo, com isso, a institucionalização dos processos democráticos no ambiente educacional. Para o autor, a democracia é condição *sine quo non* para que a participação social dos envolvidos com a gestão escolar possibilite a aproximação entre as exigências impessoais que pesam sobre a ação, os projetos e as preferências individuais.

Em outras palavras, a democracia institucional é uma das dimensões da educação que compreende a ação educativa de maior complexidade. Ainda hoje, uma das principais dificuldades para a maioria dos gestores dos institutos é legitimar as políticas educacionais criadas pela nova institucionalidade e enfrentar o anacronismo pedagógico entre os indivíduos que se associam ao velho paradigma da escola técnica de aprendizagem.

Entretanto, os novos atores sociais que estão chegando nos institutos ganham força, à medida que se articulam entre si para enfrentar barreiras de contenção para a nova institucionalidade da Rede EPT, exigindo canais de participação na gestão para se reconhecerem na vida política, para que a sociedade os reconheça como coletividades particulares, mantendo o equilíbrio instável de uma democracia (GHANEM, 2004, p. 38).

A democracia efetiva nos institutos cria as bases para que a cidadania ativa, de acordo com Paro (2018), prepare os indivíduos para o exercício da cidadania e para a

participação na vida pública, alicerçando o terreno para acontecer a democracia social, dentro da qual os cidadãos estejam protegidos e amparados pelo Estado, seja por meio das políticas afirmativas, seja por meio da garantia de acesso à educação: esse é o desafio da consolidação da Rede EPT!

2 Metodologia

Um estudo de base qualitativa, tendo como referência uma miríade de estudos científicos sobre o tema da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, somados com dados em fontes oficiais do Governo, notadamente, a do Ministério da Educação (MEC) e nas plataformas digitais do IFSP, a exemplo dos dados abertos (<https://dados.ifsp.edu.br/>), do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) (<https://suap.ifsp.edu.br/accounts/login/?next=/>) e a plataforma Nilo Peçanha (<https://www.gov.br/mec/pt-br/npn>), além dos dados disponíveis na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (<https://www.gov.br/inep/pt-br>), bem como em recentes estudos acerca da institucionalidade da Rede EPT publicados na Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/index>). Os resultados de vários estudos de dissertações e teses encontrados nos acervos das bibliotecas públicas das Universidades Estaduais de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp), além da biblioteca do IFSP. Pesquisei aquelas de maior relevância na comunidade acadêmica, cujos resultados, muitos dos quais, estão apontados nos relatórios de gestão e de avaliação institucional do IFSP. Os relatórios consultados compreendem os anos de 2009 a 2022 e estão disponíveis no sítio do IFSP.

Os sintomas pelos quais refletem o tipo de escolha política que a instituição tem seguido, no sentido de justificar ou romper com a nova institucionalidade assente à Rede EPT, sutilmente, são revelados nos resultados dos Relatórios de Gestão Institucional e da Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) e no Sistema Unificado da Administração Pública (Suap).

As falhas, a inconsistência nos resultados dos relatórios se confrontados com os objetivos pretendidos pela gestão indicam pistas como a da institucionalidade da concepção da Rede EPT. No entanto, para que os resultados se tornem eficazes, vamos

conformar com as hipóteses dos estudos bibliográficos no sentido de compreender os avanços e as lacunas presentes da nova institucionalidade da Rede EPT que se pretendia para consolidar o sentido de educação profissional numa perspectiva humanista da educação.

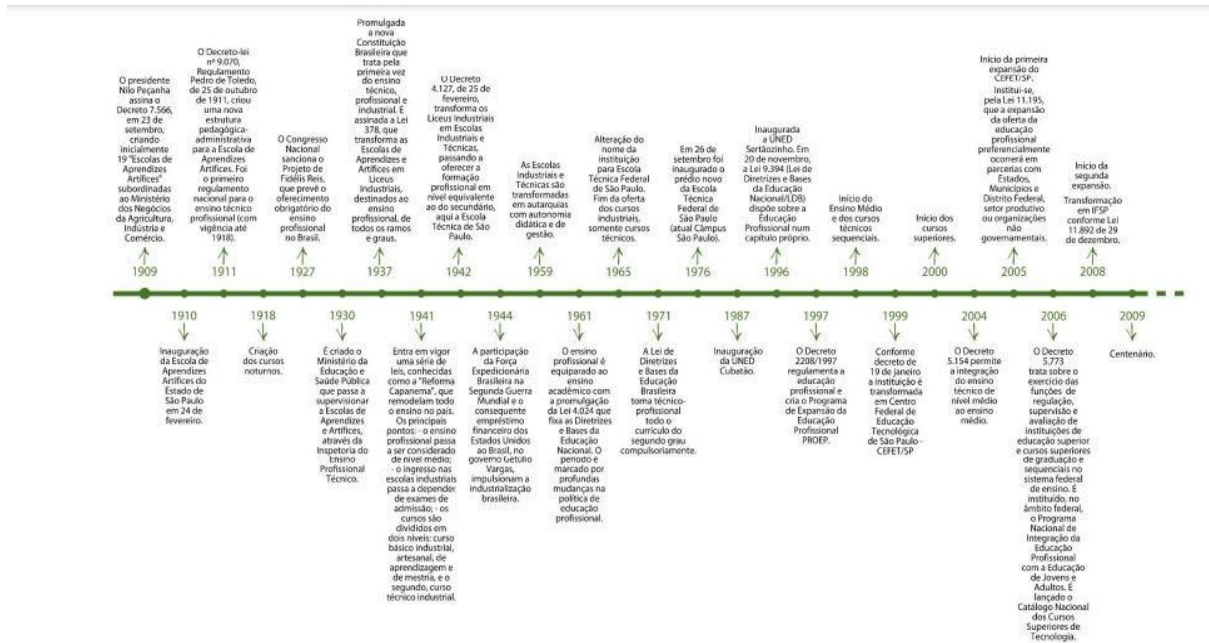
3 Resultados

Pois bem, se a nova institucionalidade da Rede EPT é parte de um projeto de desenvolvimento nacional, sua consolidação se tornou premente na construção de uma educação possível às classes trabalhadoras. Para isso, o governo disponibiliza um conjunto de políticas públicas articuladas a uma intencionalidade pedagógica que possam substituir a antiga concepção de formação tecnicista de educação, observando, principalmente, as disputas polarizadas enfrentadas no âmbito da organização institucional.

Enquanto instituição secular, o IFSP passou por diversas etapas da conjuntura política do país. Por exemplo, as mudanças na política educacional influenciaram a sua proposta curricular e, por conseguinte, a sua própria identidade institucional. Entretanto, notamos que todas as mudanças aconteceram de forma rápida, ao sabor das mudanças governamentais. Podemos, então, considerar que a identidade do IFSP ainda está por vir, do mesmo modo que a institucionalidade da Rede EPT é um projeto em construção. Para ilustrar as mudanças que afetaram a organização institucional, segue abaixo uma linha do tempo que configura o IFSP do ano da criação das escolas técnicas até 2009, quando foram criados os institutos federais propriamente ditos.

A nova institucionalidade da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica do Brasil: tensões e conflitos em dinâmicas de construção da identidade do Instituto Federal de Educação de São Paulo

Figura 1 – Linha do tempo do IFSP



Fonte: Anuário do IFSP ano-base de 2015

Como vimos, nas etapas pelas quais passaram a educação profissional, houve, certamente, rupturas, falhas e riscos abruptos que se refletiram no planejamento institucional do IFSP e isso, consequentemente, levou a instituição a uma necessidade constante de reformular os seus documentos normativos, tais como o Estatuto, o Regimento Geral, a Organização Didática e o Regulamento Discente, adequando-os ao marco regulatório em vigor.

Em virtude dessas discontinuidades políticas ao longo dos cem anos do IFSP, Paro (2018) afirma que esses elementos, considerados não-humanos, são fatores decisivos para a não institucionalização de uma determinada concepção político-pedagógica na entidade de ensino. O autor acredita que tais elementos desalinham e limitam a compreensão das finalidades de uma educação que, se não for tratada com o devido cuidado pela gestão que a fomenta, conduz a certa ineficiência da própria institucionalidade do projeto pedagógico.

Um exemplo desse desalinhamento, que ocorre no interior da organização dos institutos federais de educação, é o Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI). Neste documento, a entidade organiza e estrutura suas ações para prever os resultados e, possivelmente, corrigi-los a tempo de não causar a ruína dos projetos em pauta. Vimos que nos registros internos do IFSP é nítida a falta de alinhamento dos

pressupostos filosóficos e pedagógicos do PDI quando comparados à prática pedagógica, que não se coaduna com o cumprimento parcial das metas.

No último Relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA), publicado em 2018, podemos perceber os descompassos do planejamento em relação ao cumprimento das metas estabelecidas pelo PDI. Essa distorção fez com que a gestão criasse mecanismos de acompanhamento e assessoramento para corrigir os rumos e aproximar seus agentes públicos das finalidades políticas da instituição. Nesse sentido, no último relatório, de 2022, houve uma substancial melhoria se comparada aos anos anteriores, pois 80% do quadro de funcionários afirmaram conhecer a missão institucional, cuja articulação revela a importância desse conhecimento para consolidar as políticas estruturantes do IFSP (IFSP, 2022, p. 65). No entanto, os avaliadores da Comissão ponderam que esse conhecimento não necessariamente pressupõe saber conectar essa missão às práticas pedagógicas.

Desse modo, é importante salientar que a intencionalidade das respostas entre servidores e estudantes em direção às expectativas da nova institucionalidade, é apenas uma percepção. O gargalo está justamente em precisar a real efetividade dessa intencionalidade para a realização pedagógica e administrativa não acontecer, pois a aplicação do questionário anual aos estudantes, servidores docentes e administrativos não é um indicador fidedigno para compreender o estágio da institucionalização da nova concepção político-pedagógica do IFSP.

Pressupõe-se que tais ocorrências, registradas nos relatórios da Comissão, ficam à parte do processo de planejamento institucional. Por isso, mais uma vez, reforçamos a ideia de que essa articulação poderia servir de referência para melhorar e corrigir os rumos da gestão e, prioritariamente, suscitar debates em busca de soluções para temáticas que apresentem maior nível de insatisfação ou de desconhecimento na comunidade (IFSP, 2022, p. 167).

Dessa forma, a relevância do PDI para a nova institucionalidade no IFSP consiste em seguir as orientações do Fórum de Desenvolvimento Institucional (FDI) - documento produzido pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) -, as quais trazem as dimensões políticas e pedagógicas da nova institucionalidade como referência para a concepção do projeto institucional. O fórum também estabeleceu um processo de organização para o PDI ter uma linha coerente entre os desafios para a consecução de objetivos e finalidades educacionais presentes nas ações políticas da instituição, conforme ilustra a figura 2.

Figura 2 – Concepção do PDI

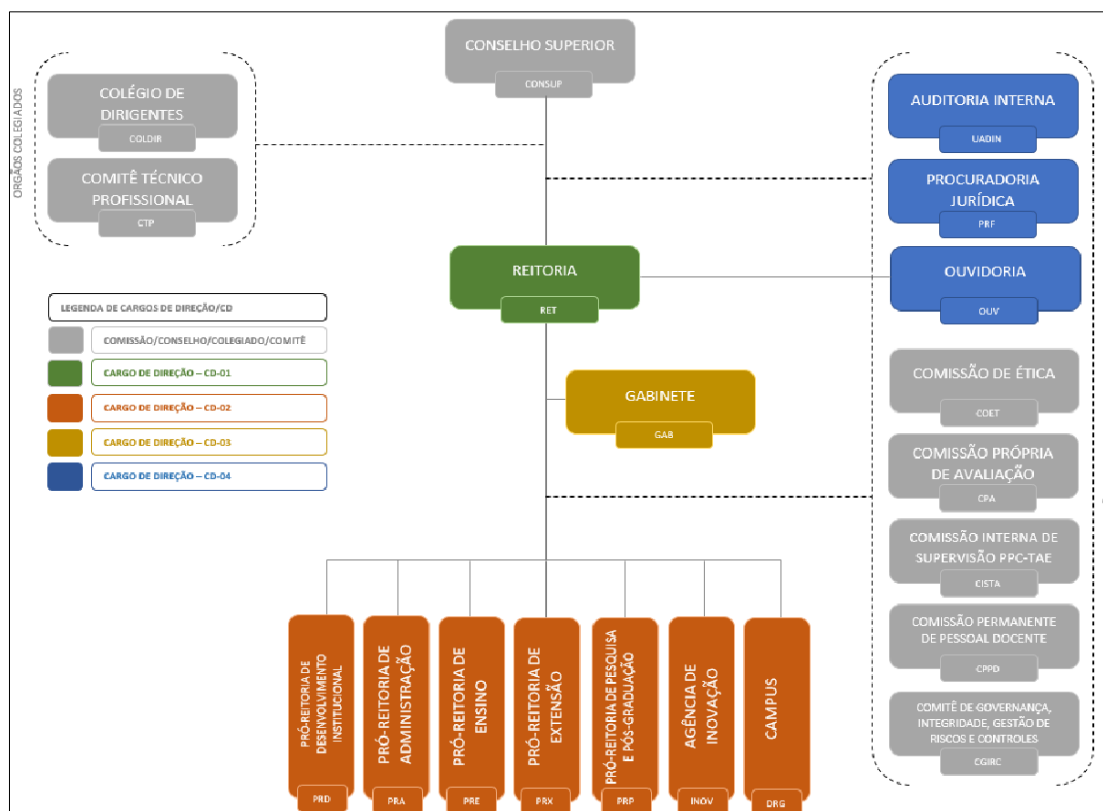


Fonte: PDI 2019-2023

Nada disso, contudo, tem sentido se não houver a participação de todos os envolvidos da instituição, a exemplo do que demonstra a figura 3. Apesar dessa participação, as finalidades do PDI, além de cumprirem as exigências legais determinadas pelos órgãos de controle, se configuram como balizadores do nível de qualidade e eficiência de uma gestão pública. Inclusive, elas servem para prestação de contas com a comunidade interna e externa, as quais podem acompanhar se a instituição cumpriu com os objetivos e as finalidades da educação pública de qualidade e socialmente referendada.

Por outro lado, na estrutura do IFSP já se tem um indicativo dos processos decisórios compartilhados, que envolve o conjunto dos atores sociais na definição das políticas institucionais.

Figura 3 – Estrutura do IFSP e os órgãos de assessoramento, conselhos e comissões



Fonte: (IFSP, 2019)

O organograma acima, ao destacar a organização administrativa do IFSP, demonstra uma gestão articulada com setores estratégicos de assessoramento, e a maioria é instituída a partir da lei de criação dos institutos federais (BRASIL, 2008b), portanto, por decretos ministeriais, e outros são fixados por iniciativa do órgão gestor do IFSP.

Desde 2009, após a lei de criação dos institutos federais de educação, o PDI é uma exigência legal a ser cumprida a cada cinco anos, sem o qual a instituição pode sofrer sanções pelos órgãos de controle da União. Como vimos, ele é um instrumento poderoso de legitimação e consolidação dos princípios e valores da nova institucionalidade, a depender da metodologia e do grau de participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil em realizar um plano eficiente e eficaz do ponto de vista do cumprimento dos objetivos pretendidos pelo projeto político-pedagógico da Rede EPT.

Nessa mesma direção do campo organizacional, a gestão do IFSP tem se esforçado para corrigir as distorções encontradas nos relatórios de avaliação da CPA com os objetivos conferidos pelo novo PDI (2018/2023). Assim, tomou como medida a criação do Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do IFSP, cujo

objetivo consiste em acompanhar e corrigir as falhas que se apresentam no percurso dos cinco anos de vigência.

Ao analisar a gestão educacional do IFSP, foram encontradas várias dificuldades quanto à efetividade de suas ações, haja vista a intensa burocratização dos processos e sua desarticulação frente aos desafios traçados no planejamento. Tal situação está advertida no próprio documento do PDI, quando apresenta os riscos da não operacionalização e implementação das ações para o desenvolvimento institucional.

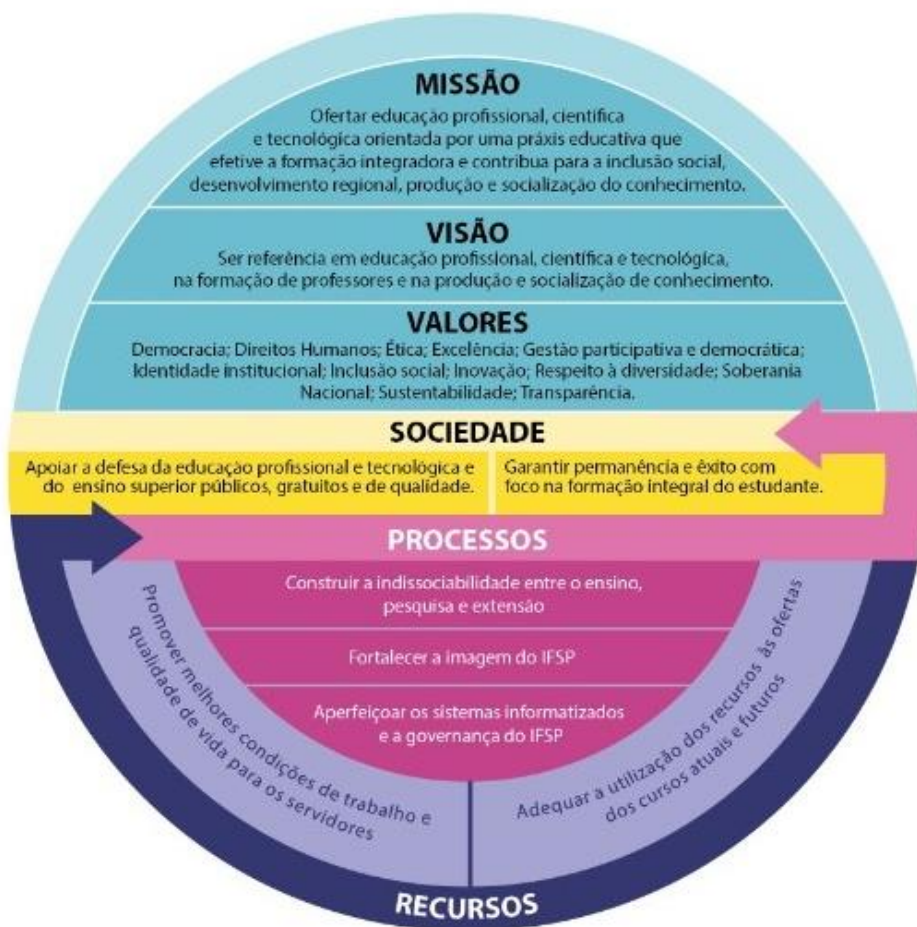
Aqui chegamos ao ponto de partida desta análise, entendendo que não apenas os elementos humanos são os responsáveis pela melhoria da instituição e de sua efetividade ou, melhor dizendo, do aperfeiçoamento de sua governança⁶. Os elementos não-humanos, compreendidos como ferramentas de gestão, podem influenciar a efetivação do PDI e, por conseguinte, a legitimação da concepção político-pedagógica com o sentido de Rede EPT.

No entanto, o fator humano é imprescindível nesse processo, pois sem ele a realização do fazer pedagógico estaria comprometida. Ou seja, os responsáveis precisam estar convencidos da importância da nova institucionalidade da Rede EPT e de tudo que ela representa para a instituição, caso contrário, além da negação e, portanto, da não legitimidade, pode ocorrer um desvio de suas finalidades ou de sua institucionalização.

Tanto os elementos humanos quanto os não-humanos e a disposição que ambos ocupam na organização institucional se revelam frágeis, tanto pela incompreensão do sentido político da nova institucionalidade da Rede EPT no momento da construção do PDI, quanto pela pouca importância dada ao projeto político-pedagógico do PDI pelos membros envolvidos em sua organização.

Nossa hipótese, em face do exposto, é de que o resultado desse desconhecimento pode ser evitado se o gestor, consciente das finalidades políticas desse projeto institucional da Rede EPT, executar estratégias que promova um amplo debate sobre possíveis caminhos da institucionalização das ações, das práticas pedagógicas, da missão, dos valores e da visão sobre a nova institucionalidade da Rede EPT, conforme ilustrado na figura 4.

Figura 4– Missão, visão e valores que marcam a identidade do IFSP



Fonte: (IFSP: PDI 2019-2023)

Infelizmente, os resultados auferidos nos relatórios institucionais nem sempre estão de acordo com os indicadores estabelecidos pelo PDI, situação agravada em razão da falta de metas do PDI. Esse problema, ainda assim, não é novo. Desde o primeiro PDI, de 2009, é nítida a desvinculação dos resultados dos relatórios com os indicadores do PDI. Olhar para essa questão é só o ponto de partida, pois ainda há uma série de distorções na organização do IFSP que requer uma atuação estratégica por parte da gestão, a começar pela formação permanente de seus membros. Também é preciso intensificar o debate sobre os problemas atuais da educação brasileira, buscando fortalecer um sistema nacional de educação, a partir da referência do projeto político-pedagógicos assente aos Institutos Federais de Educação.

4 Conclusão

Paro (2016), que é um contumaz investigador social de uma das maiores universidades públicas da América Latina, a USP, pesquisou muito sobre gestão democrática nas entidades educativas. Seu olhar vai além da leitura reducionista sob a ótica da administração escolar. Ele estuda não apenas os elementos humanos presentes no cotidiano da instituição pública de ensino, mas analisa também os fatores não-humanos como condicionantes para a institucionalização ou a legitimação de uma outra educação como possibilidade real.

Acredita-se que para institucionalizar a nova proposta de educação profissional no âmbito do IFSP seja necessário passar pelos instrumentos pedagógicos de formação e de planejamento. No entanto, a articulação das ações, os indicadores e as metas não respondem *pari passu* aos objetivos da instituição, como vimos nos apontamentos dos relatórios de avaliação institucional. Há um conjunto de intencionalidades exposto em documentos, relatórios, portarias, resoluções e atos da administração no mesmo grau de importância dos elementos humanos que estão em arena de disputa em torno da concepção que se pretende legitimar na instituição.

Não obstante, estamos tratando de uma instituição secular, o IFSP, cujas mãos e pensamentos são de múltiplas vivências, o que aumenta ainda mais o desafio de saber lidar com os conflitos inerentes à pluralidade de concepções dos diversos grupos. Portanto, em busca de caminhos possíveis para articular os princípios da gestão com a concepção de educação da nova institucionalidade da Rede EPT, o IFSP tem sinalizado uma certa preocupação com essa articulação após o lançamento do Comitê de Governança, o qual ainda encontra-se em fase de construção.

O Comitê de Governança demonstra, pela primeira vez, que a gestão busca equilibrar os princípios político-pedagógicos com a missão, visão e os valores do PDI, e, ao se relacionarem, criam as bases para a construção da identidade institucional - um *devoir* histórico para a educação profissional brasileira.

Retomar as preocupações do pesquisador Paro (2016) sobre gestão, democracia e participação é condição *sine quo non* para alterar o modelo vigente das escolas burguesas, conforme previstos pelos precursores da nova institucionalidade da Rede EPT, Pacheco (2011) e Frigotto (2018). O IFSP, embora venha investindo em instrumentos de monitoramento e assessoramento do planejamento, ainda não trouxe

para o PDI o debate do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) como peça fundamental para o avanço de sua identidade. A priori, para que isso ocorra, o PPI é uma das peças-chave para assegurar que na construção do planejamento as dimensões da nova institucionalidade ocupem a centralidade do debate, buscando referendar suas dimensões pedagógicas:

- a) Os fundamentos políticos da Rede EPT e seu princípio educativo do trabalho como elemento estruturante para uma educação crítica e humana.
- b) A politecnia na formação dos estudantes e como condição política da identidade do IFSP.
- c) Permitir que o ambiente institucional seja atrativo, multicultural e em respeito aos valores de uma sociedade plural, alinhado ao espírito da solidariedade e do humanismo pedagógico.
- d) A pesquisa como princípio formativo do homem e voltado para a sua liberdade, agregada às questões da atualidade que respondam às necessidades locais, regionais e territoriais.
- e) A liberdade e a curiosidade como pressupostos da educação humanista.

Consciente desses referenciais acentuados, a nova institucionalidade no IFSP é o horizonte para consubstanciar as políticas e ações em direção a uma outra educação profissional, pautada na democracia do acesso e na permanência dos estudantes, bem como de sua formação crítica e humana. Por este caminho nasce a esperança de se constituir uma educação profissional articulada aos eixos da cultura, da ciência e do trabalho enquanto pressupostos da politecnia, pela qual a nova institucionalidade se estabelece como referencial nas organizações institucionais.

No entanto, pelos descaminhos entre o dito e o feito no âmbito da organização institucional do IFSP, a nova institucionalidade ainda é um *devir* histórico, o que ocorre em razão da dificuldade que a gestão encontra de promover o aprofundamento do debate com a comunidade, tendo a organização do PDI como balizador para consolidar esta nova concepção pedagógica.

Nota: por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

A nova institucionalidade da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica do Brasil:
tensões e conflitos em dinâmicas de construção da identidade do Instituto Federal de
Educação de São Paulo

Notas

¹ Os sentidos e significados do trabalho resultam e se constituem como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas e um ponto central da batalha das ideias na luta contra-hegemônica à ideologia e à cultura burguesa. Portanto, ao pensar a política da educação profissional, é inexorável tratar das relações entre capital, trabalho e educação, pontuando o contexto onde elas se estabelecem e levantando questionamentos sobre as suas perspectivas, particularidades e potencialidades (PACHECO; MORIGI, 2012, p. 89).

² Neste sentido, a escola se articula com os interesses capitalistas. Entretanto, a escola, ao explorar igualmente as contradições inerentes à sociedade capitalista, é ou pode ser um instrumento de mediação na negação destas relações sociais de produção (FRIGOTTO, 1993, p. 24).

³ A escola também cumpre uma função mediadora no processo de acumulação capitalista, mediante sua ineficiência, sua desqualificação. Ou seja, sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna-se produtiva. Na medida em que a escola é desqualificada para a classe dominada, para os filhos dos trabalhadores, ela cumpre, ao mesmo tempo, uma dupla função na reprodução das relações capitalistas de produção: a escola serve ao capital tanto para negar o acesso ao saber elaborado e historicamente acumulado, quanto por negar o saber social produzido coletivamente pela classe trabalhadora no trabalho da vida (FRIGOTTO, 1993, p. 224).

⁴ Progressista ou conservador, intervir no mundo é próprio de mim enquanto presença no mundo. Se for progressista, intervenho para mudar o mundo, para fazê-lo menos feio, mais humano, mais justo, mais decente. Se conservador, minha intervenção se orienta na direção da manutenção mais ou menos do que está aí (FREIRE, 2014, p. 133).

⁵ Em 2007, tínhamos 693,6 mil estudantes matriculados na educação profissional de nível técnico e 86,6 mil estudantes no ensino médio integrado; em 2015, o Censo Escolar registrava 1.917.192 matrículas na educação profissional e 391.766 em cursos do ensino médio integrado. Triplicar as matrículas de educação profissional de nível médio assegurando 50% no setor público implica um crescimento significativo das redes de educação profissional nos estados e na Rede Federal. Em que pese a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que saltou, em 2010, de 27 Institutos Federais, 356 unidades e 321 municípios atendidos para 38 Institutos Federais e 644 unidades em 2016, atendendo 568 municípios brasileiros (MEC, 2016), faz-se necessário que a ampliação se consolide com o aumento de matrículas atendendo os jovens, adultos e idosos numa formação integral que resulte em ampliação da escolarização e formação profissional (FNPE, 2017).

⁶ Governança é a capacidade que uma organização tem de entregar os seus resultados para a sociedade, combinando processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos (BRASIL, 2017).

Referências

- Arroyo, Miguel G. Trabalho-educação e teoria pedagógica. *In: Frigotto, G. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 138-165.
- Barros, Aidil; Lehfeld, Souza. *Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica*. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.
- Brasil. *Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004.
- Brasil. *As desigualdades na escolarização no Brasil: Relatório de Observação n. 5*. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 2014.
- Brasil. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica – concepção e diretrizes*. Brasília: SETEC – MEC, 2008a.
- Brasil. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 27 jul. 2023.
- Brasil. *O PDI como ferramenta de gestão: orientações para elaboração*. Resultado das Reflexões do FDI (Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional da RFEPT). Pernambuco, 2013.
- Brasil. *Relatório de gestão: exercício 2016*. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União. Brasília, 2017.
- CGU (Controladoria Geral da União). *Manual para implementação de programas de integridade: orientações para o setor público*. Brasília: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), 2017.
- Costa, Pedro Luiz de Araujo; Marinho, Ricardo José de Azevedo. Educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada: uma visão geral dos embates sobre a aprovação dos Institutos Federais. *In: Frigotto, Gaudêncio*.

A nova institucionalidade da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica do Brasil: tensões e conflitos em dinâmicas de construção da identidade do Instituto Federal de Educação de São Paulo

(org.). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018.

Freire, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Frigotto, Gaudêncio. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Frigotto, Gaudêncio. (org.). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018.

Frigotto, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre a educação e a estrutura econômico-social e capitalista*. São Paulo: Cortez, 1993.

Genro, Tarso. Como a participação popular pode melhorar nossa democracia *In*: Palhares, Joaquim Ernesto. (org.). *Participação social e democracia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

Ghanem, Elie. *Educação escolar e democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Gomes, Cândido Alberto. *A educação em perspectiva sociológica*. 2. ed. São Paulo: EPU, 1989.

Gracindo, Regina Vinhaes. *O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

Haguette, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

IFSP. *Anuário IFSP 2012 a 2016*. n. 2. São Paulo, 2017.

IFSP. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023*. São Paulo, 2019.

IFSP. *Relatório de Autoavaliação Institucional 2019: exercício 2018*. São Paulo, 2019.

IFSP. *Relatório de Autoavaliação institucional 2022: exercício 2021*. São Paulo, 2022.

IIDA, Itiro. Planejamento estratégico situacional. *Production*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 113-125, jul./dez. 1993. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/prod/v3n2/v3n2a04.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

Mercadante, Aloizio. *Brasil em debate: o governo Lula e a construção de um país mais justo*. v. 4. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

- Mészáros, István. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Michetti, Miqueli. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Campinas, v. 35, n. 102, 2020.
- Mochcovitch, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1988.
- Pacheco, Eliezer Moreira. *Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. v. 1. São Paulo: Moderna, 2011.
- Pacheco, Eliezer Moreira; Morigi, Valter. *Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil*. Porto Alegre: Tekne, 2012.
- Palhares, Joaquim Ernesto. (org.). *Participação social e democracia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- Paro, Vitor Henrique. *O capital para educadores: aprender e ensinar com gosto a teoria científica do valor*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- Paro, Vitor Henrique. *Crítica da estrutura da escola*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016.
- Paro, Vitor Henrique. *Gestão democrática da educação pública*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- Paro, Vitor Henrique. *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino*. 2. ed. rev. São Paulo: Intermeios, 2018.
- Santos, José Deribaldo Gomes dos. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores *In: Quinalha, Renan et al. Marxismo e educação em debate. Germinal*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-240, dez. 2017.
- Santos, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- Silva, Caetana Juracy Resende. (org.). *Institutos federais: Lei n. 11.892, de 29/12/2008. Comentários e Reflexões*. Brasília: Editora do IFRN, 2009.
- Sousa, Antônia de Abreu. (org.). *Educação profissional: análise contextualizada*. Fortaleza: Cefet-CE, 2005.